

# Uma análise das atuações do Diap e da Fiesp sob a ótica da teoria institucional

**Lucas Nascimento Ferraz Costa**

Mestre em Ciência Política pela  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
(lucasnfcosta@gmail.com)

**Mariele Troiano**

Doutora em Ciência Política pela  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
(troianomariele@gmail.com)

## Resumo

Este trabalho analisa a atuação de duas organizações representativas de empresários e sindicalistas durante o processo constituinte de 1987-88 sob a ótica da abordagem institucionalista. São elas, respectivamente, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Organizações que atuaram em temáticas relacionadas as suas áreas de interesse na Constituinte e, que por meio de diferentes estratégias chegaram a resultados opostos, ora uma atuando como “organizadora centrípeta” de interesses, ora outra como “organizadora centrífuga” dos mesmos. A pesquisa, baseada na análise de atas e diários da Constituinte, demonstra como a institucionalização de uma organização representativa está diretamente vinculada aos propósitos de origem (*path dependence*).

## Palavras-chave

Constituinte; Fiesp; Diap; organizações; atores.

### **Abstract**

This paper analyses the performance of two representative organizations of entrepreneurs and trade unionists during the constitutional process of 1987-88 from the institutionalist approach. These are, respectively, the Federation of Industries of the State of São Paulo (Fiesp) and the Inter-Parliamentary Advisory Department (Diap). Organizations that operated on issues related to their areas of interest in the Constituent Assembly, and which, through different strategies, achieved opposite outcomes, sometimes acting as a “centripetal organizer” of interests, sometimes as a “centrifugal organizer” of them. The research, based on minutes and diaries of the Constituent, demonstrates how the institutionalization of a representative organization is directly linked to the purposes of origin (path dependence).

### **Keywords**

Constituent; Fiesp; Diap; organizations; actors.

## Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar comparativamente as estratégias de atuação de duas organizações que representaram interesses de grupos sociais opostos durante o Processo Constituinte de 1987-88. São elas, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), cujo projeto centralizou os interesses consensuais dos trabalhadores e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que foi a única Federação convidada para as audiências públicas e introduzida como representante dos interesses dos empresários. Ambas organizações buscaram centralizar os interesses das entidades que representavam, contudo, fizeram uso de diferentes estratégias, as quais determinaram resultados opostos.

Enquanto o Diap demonstrou capacidade política ao conciliar as diferenças no meio sindical através de um projeto consensual para a classe trabalhadora, a Fiesp mostrou-se despreparada para assumir este papel, fracassando na articulação de um projeto empresarial unificado. Sustentamos que diferentes padrões de atuação determinam a viabilidade de um projeto consensual. Assim, consideramos o Diap um organizador centrípeto, pela sua capacidade agregadora das preferências da classe trabalhadora e a Fiesp uma organizadora centrífuga, pela sua ineficiente atuação em direção a um projeto unificado para os empresários, o que refletiu diretamente na proliferação de novas associações empresariais.

Mostramos que a eficiência das diferentes estratégias de atuação de uma organização representativa está diretamente vinculada ao seu processo de institucionalização, assim como aos seus propósitos e objetivos de origem. Nosso trabalho está pautado na análise de dados empíricos: atas e diários da Constituinte, respectivamente das Comissões e Subcomissões da Ordem Econômica e Social, além de entrevistas com

dois dos principais atores políticos do contexto, como o fundador do Diap, Ulisses Riedel de Resende e Antônio Augusto de Queiroz, conhecido como o “operador do lobby” da organização na Constituinte.

A escolha pelas duas organizações se justifica não só pelo histórico de influências e importância que cada uma assume em diferentes momentos políticos no país, mas, especialmente, por terem sido interpretadas nos próprios materiais oficiais de registros da Constituinte como protagonistas em suas respectivas atuações.

## 1. Abordagens sobre o Processo Constituinte

A Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-88 foi uma arena de conflitos, divergências e consensos entre os atores políticos responsáveis pelo trabalho de formulação da Constituição. A mobilização de atores coletivos externos e internos foi uma forte característica do processo constituinte.

Mais que cumprir com mecanismos regimentais, os membros constituintes divididos em seus trabalhos tinham um objetivo a atingir e um resultado a apresentar à sociedade brasileira. A persistência da confecção da Constituição naquele momento representava a consolidação de um Estado democrático.

Os movimentos em prol da convocação de uma Assembleia Constituinte visavam a cristalização do sistema democrático e superaram o movimento das Diretas-Já (1983-1984), que reivindicavam eleições diretas para presidente da República. A convocação da ANC não é resultado de um único marco histórico e político, mas de um processo influenciado por diversos fatos e atores, entre os quais pode ser mencionada a manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e seu presidente Raymundo Faoro em 1980 (Pilatti, 2008).

A Constituição de 1988 foi definitivamente um “marco divisor de águas do nosso processo

de redemocratização, conferindo-lhe o caráter de ressurgimento do Estado, de nosso arcabouço institucional e do conjunto de direitos fundamentais da cidadania.” (Arantes e Couto, 2008, p.17) e por isso, um momento em que todos, constituintes e grupos de interesse se voltavam à formulação deste novo consenso.

Neste processo de tomadas de decisões deve ser considerado não só a maximização das preferências dos atores como também os mecanismos institucionais que os influenciaram. O ator político pode ser entendido como uma unidade dentro de uma estrutura institucional e aquele quem dá significado a um leque de ações resultantes de interações com atores e instituições. Os mecanismos institucionais podem ser compreendidos como todos os regimentos que definem as ações dos indivíduos nos espaços.

A mobilização em torno da construção de um novo pacto social coincide com o surgimento de novos atores políticos e demandas sociais. A estrutura do processo constituinte caracterizado por uma Constituinte Congressual ao invés de Exclusiva, trabalho descentralizado dividido em comissões e subcomissões e função centralizadora do relator e da Comissão de Sistematização, garantia a soberania da ANC e, por meio de formas institucionais, a participação de um número maior de atores na elaboração da carta constitucional. Neste sentido destacam-se dois mecanismos previstos pelo Regimento Interno da ANC: as emendas populares e as audiências públicas.

O processo constituinte é analisado a partir de três abordagens: um leva em conta apenas os processos externos a ANC (análise exógena), outro apenas os internos (análise endógena) e o terceiro que combina as duas abordagens anteriores (Noronha, 2010). Neste artigo adotamos a terceira forma de análise, assumindo que (1) os atores externos à ANC, como os sindicatos e organizações empresariais, tiveram uma grande influência na formação das preferências

ao longo do processo Constituinte; (2) conforme a tese formulada por Lamounier (1990), a transição foi feita sob eleições, o que implica na existência de um forte conflito materializado em disputas durante a Constituinte de 1987-88, inclusive, entre capital e trabalho, respectivamente, por meio da Fiesp e do Diap.

Diap e Fiesp buscaram centralizar os interesses que representavam. Enquanto o Diap obteve êxito, a Fiesp fracassou. Sustentamos que isso é explicado pelas diferentes estratégias de atuação adotadas por cada entidade.

## 2. O Diap em direção ao consenso

O Diap foi capaz de construir um bloco em defesa dos interesses consensuais dos trabalhadores na Constituinte, que produziu um projeto com força política capaz de garantir importantes direitos aos trabalhadores, superando um cenário adverso, pois havia indícios de vitórias dos empresários, visto que o poder econômico e a organização da classe empresarial eram muito maiores que a dos trabalhadores no início dos anos 1980 e a Constituinte foi formada majoritariamente por partidos e parlamentares classificados como conservadores.

Apesar destes fatores adversos, o anteprojeto da Subcomissão do Direito dos Trabalhadores e Servidores Públicos, assim como o da Comissão do Direito Social, aprovaram praticamente todas as propostas do projeto do Diap para a Constituinte. Sustentamos que este resultado foi fruto do papel central assumido pela organização no período. Assim, criamos um modelo analítico sobre sua atuação, baseado em duas dinâmicas organizacionais: capacidade agregadora e atuação lobista.

A capacidade agregadora da organização marca sua atuação, sobretudo, no período anterior à Constituinte, quando elaborou um projeto unificado para a classe trabalhadora, superando um cenário

no qual as entidades sindicais estavam politicamente divididas<sup>1</sup>. A atuação lobista se constituiu a partir de três estratégias: elaboração de estudos e projetos de lei; monitoramento de projetos e estudos; emissão de pareceres sobre projetos e estudos apresentados. Inclui-se nos pareceres a estratégia de atribuir notas aos parlamentares de acordo com sua atuação, sobretudo nas questões de interesse dos trabalhadores.

A institucionalização do Diap está diretamente vinculada aos seus propósitos e objetivos de origem, portanto, uma análise do Diap no período constituinte envolve, necessariamente, o mapeamento da atuação da organização nos anos antecedentes. Dividimos a história do Diap em dois momentos do período de transição brasileira. O primeiro é anterior a Constituinte e se inicia com a fundação do Diap no final do ano de 1983 e perdura até 1987, quando é instalada a ANC. Neste primeiro momento a análise se concentra na capacidade agregadora da organização e na construção de um projeto para a Constituinte, fruto de negociações com as principais organizações sindicais da época. O segundo contempla os anos de 1987 e 1988, quando a organização atuou na própria ANC.

O Diap é uma organização fundada em 19 de dezembro de 1983 cuja função inicial, segundo membros da própria entidade, foi organizar as reivindicações consensuais dos trabalhadores, transformando-as em normas legais através da atuação lobista no Congresso Nacional, isto é, pressionando e convencendo a partir de diferentes mecanismos, a aprovação de leis de interesse dos trabalhadores.

A organização foi idealizada pelo advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende, atual Diretor-Técnico da entidade. A ideia de criar o Diap surgiu em 1968, quando Riedel foi convidado pelo governo norte-americano, junto de outros cinco advogados

brasileiros, para conhecer a organização sindical do país. Em Washington, visitaram a American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO<sup>2</sup>), onde dois Departamentos chamaram a atenção de Riedel: o encarregado de obter recursos para o financiamento de campanhas, chamado de *coup*, e o Departamento Legislativo, que elaborava projetos de leis, enviava para o Congresso e acompanhava, através de lobistas profissionais, o andamento daqueles projetos<sup>3</sup>.

Embora tivesse o interesse de transferir para o Brasil já nos anos 1960 uma estrutura semelhante a encontrada na AFL-CIO, a criação do Diap esperou mais de 20 anos para ser colocada em prática. O regime militar vigente na época esvaziou as competências legislativas do Congresso, de modo que a criação de uma organização como a AFL-CIO, atuando no Congresso, não era possível, ou seria pouco eficaz. Apenas após o início da transição democrática em 1974 e do ciclo de greves<sup>4</sup> em 1978 que a ideia começou a ser articulada. No final dos anos 1970, Riedel já havia construído uma sólida relação com as principais lideranças sindicais do país, em razão de anos de atuação como advogado trabalhista. Esta influência foi fundamental para angariar apoio em favor da criação do Diap.

Em 19 de dezembro de 1983, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em Brasília, foi fundado o Diap, em uma reunião que contou com 51 entidades. O principal objetivo do Diap entre 1983 até 1987 foi organizar e planejar sua preparação para a Constituinte. As três ações mais importantes da organização no

2 A AFL-CIO é a American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations, que congrega 13 milhões de trabalhadores. É a maior central sindical norte-americana. Informações obtidas através do site oficial da entidade: [www.aflcio.org](http://www.aflcio.org).

3 Em entrevista Riedel de Resende (2011), revelou que ficou impressionado com as notas que o Departamento Legislativo da AFL-CIO atribuía, ao final de cada ano, para os parlamentares, segundo seu desempenho em favor ou não dos trabalhadores. Segundo ele era “uma ideia genial” que foi colocada em prática pelo Diap.

4 Sobre os ciclos de greves no Brasil ler: Noronha, 1992, 1994 e 2009.

1 Sobre a divisão política das entidades sindicais nos anos 1970 e 1980 ler: Comin, 1994 e 1995; Rodrigues, I. J., 1993; Rodrigues, J. A., 1979; Rodrigues, L. M., 1990 e 1991; Santana, 1999; Santos, R. A., 1998; Silva, 1994.

período foram: a criação do Jornal do Diap, em 1985, a publicação do livro “Quem é Quem”, em 1986 e, sobretudo, a criação de cinco projetos de ação com propostas para serem defendidas durante a Constituinte.

O lançamento do Jornal do Diap em 1985 foi importante, pois se estabeleceu como o primeiro canal de comunicação entre a organização e as entidades sindicais. Em 1986 foi lançado o livro “Quem é Quem”, primeira publicação que, a exemplo do que acontecia no Departamento Legislativo da organização norte americana AFL-CIO, atribuiu notas aos parlamentares de acordo com seu desempenho no que diz respeito, sobretudo, a defesa dos interesses dos trabalhadores<sup>5</sup>. Ao final do processo constituinte o Diap publicou o “Quem foi Quem na Constituinte”, que avaliou o posicionamento dos constituintes durante a ANC.

Foi, contudo, a partir da elaboração dos Projetos de ação, isto é, em sua ação propositiva, que o Diap exerceu seu papel mais importante no período pré-constituinte. A organização elaborou um total de oito projetos<sup>6</sup>, sendo que os cinco primeiros antecedem a Constituinte e propunham temas que seriam defendidos pelo Diap durante os trabalhos na ANC. Dentre eles destacam-se os Projetos Um, Cinco e Seis. O Projeto Um tratava da proibição da demissão imotivada e foi defendido pela entidade antes mesmo da Constituinte através de projeto de lei ordinária, sendo aprovado no Congresso. No entanto, com o início da Constituinte não chegou a ser apreciado pelo Senado. Foi retomado na ANC por meio de uma emenda popular, mas não foi aprovado. O Projeto Cinco referia-se a um conjunto de propostas do Diap para a Constituinte, como a participação dos trabalhadores nos lucros, a cogestão, a reforma agrária, entre outros. Foram em

parte conquistados no texto constitucional de 1988. O Projeto Seis tratava da proposta do Diap para o salário mínimo.

O Diap realizava reuniões com um núcleo jurídico formado pelos advogados de todos os sindicatos filiados sobre as propostas que seriam levadas a Constituinte. A partir dessa aprovação do núcleo jurídico, eram feitos congressos no Diap para que os dirigentes sindicais ratificassem as decisões o que, segundo Riedel, era feito sem nenhuma resistência, conforme afirmou em entrevista:

[...] fizemos congressos no Diap para que os dirigentes sindicais ratificassem e os dirigentes sindicais nunca discutiram o que o jurídico fez. Quando muito, batiam palmas para isso ou praquilo. Mesmo porque era um trabalho feito cientificamente. (Resende, 2011)

Foram realizados cinco congressos nacionais do Diap, que resultaram em uma ampla adesão do movimento sindical, a qual é símbolo o documento assinado por dez confederações e três centrais sindicais além da ANDES (Associação Nacional do Ensino Superior), no qual se comprometem a apoiar o trabalho do Diap na defesa dos interesses consensuais dos trabalhadores na Constituinte. Este documento formalizou o projeto elaborado pela organização, sendo um importante registro formal da consolidação de um bloco unificado de interesses dos trabalhadores.

Dois fatores são fundamentais para compreender a aceitação do Diap no meio sindical, a qual permitiu que assumisse este papel centralizador:

1) Suas características organizacionais marcadas por um alto grau de profissionalização, por sua elevada capacidade técnica e sua estratégia de atuar exclusivamente na defesa de matérias consensuais da sua área de interesse. Assim, a organização não tratava de temas os quais não havia consenso, por exemplo, a

5 No caso desta publicação do Diap, foi avaliada a atuação dos deputados da Legislatura 1983-1987.

6 Destes projetos, os seis primeiros são descritos no livro Quem foi Quem na Constituinte (1988). Outras fontes para compor essa descrição resumida de cada projeto são Aragão (1994), a entrevista concedida por Ulisses Riedel (Resende, 2011) e matérias de jornais.

organização sindical.

2) O prestígio da figura de Ulisses Riedel de Resende, criador e Diretor-técnico da organização, que era advogado de centenas de entidades sindicais, tendo bom relacionamento com grande parte das lideranças trabalhistas do período<sup>7</sup>.

O sucesso do Diap na construção de um projeto consensual da classe trabalhadora deve ser também atribuído as características particulares do período. A Constituinte de 1987-88 mudou as regras do jogo político, assim como as expectativas de ganhos dos atores. Era consenso entre o meio sindical a necessidade de se preparar para a Constituinte. O Diap demonstrou-se um ator capaz de organizar os interesses das entidades da classe trabalhadora, criando um projeto que permitiu às lideranças dos trabalhadores chegarem preparados para defender seus interesses na ANC.

Nossa pesquisa empírica revelou que, durante a Constituinte, a pressão promovida pelo Diap foi fundamental para inserir na Constituição de 1988 importantes propostas defendidas pelos trabalhadores (Costa, 2013). Destacam-se entre as estratégias adotadas pela organização na ANC: (1) realização de reuniões com constituintes de partidos políticos aliados ao seu projeto<sup>8</sup>; (2) acompanhamento do trabalho dos parlamentares nas diferentes fases da Constituinte, analisando e divulgando através de boletins e do “Jornal do DIAP”, se atuaram em favor ou contra os interesses dos trabalhadores<sup>9</sup>; (3) elaboração e

7 Queiroz (1997) credita o ganho de legitimidade da organização perante o meio sindical a dois fatos: o sucesso do Projeto Um do Diap, que tratava sobre demissão imotivada e ao fato da organização apenas atuar em matérias que eram consensuais da classe trabalhadora.

8 O Diap conseguiu durante a Constituinte a adesão de um documento dos partidos PCdoB, PCB, PT e PDT, no qual se comprometiam a lutar pelo programa do Diap. Na publicação Quem foi Quem na Constituinte (1988) do Diap, estes nomes são considerados a “força articulada a nível suprapartidário em defesa dos interesses da classe trabalhadora”. (DIAP, 1988: 23).

9 Esses periódicos eram distribuídos para as entidades sindicais de trabalhadores, membros do Congresso (deputados e senadores), órgãos governamentais e jornalistas da grande imprensa. Assim, o material produzido pelo Diap era multiplicado a partir da reprodução por diversos grandes jornais e pela imprensa sindical.

distribuição de estudos técnicos que buscavam atribuir embasamento “científico<sup>10</sup>” as suas propostas; (4) assessoramento técnico aos constituintes alinhados com as causas trabalhistas; (5) participação da organização na Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte, a qual pretendia pressionar a sociedade para que participasse nas decisões da Constituinte através das Emendas Populares; (6) criação da cartilha “Como atuar no Congresso”, que orientava como entidades representativas deveriam atuar na Constituinte; (7) defesas das propostas da organização em audiências públicas na Constituinte<sup>11</sup>, através de seu diretor-técnico Ulisses Riedel; (8) apresentação de Emenda Popular junto a CUT e a CGT, que contou com mais de 272 mil assinaturas (o requisito mínimo para uma emenda popular era de 30 mil) e que tratava das principais propostas da organização.

Embora em alguns momentos o consenso das entidades sindicais tenha sofrido atritos, permaneceu sólido durante quase toda a Constituinte. No momento em que ele mais sofreu pressões, reflexo, sobretudo, da rivalidade entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), a ANC já estava próxima de seu fim. A atuação do Diap encontrou mais resistência quanto maior era o número de constituintes necessários para aprovar suas propostas: avaliamos que em um primeiro momento, mais notadamente na Subcomissão do Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, mas também na Comissão da Ordem Social, quando o bloco articulado pelo Diap atuou em um arena mais restrita, contando com uma maioria de constituintes progressistas, portanto, em geral, sensíveis a seu projeto, foi relativamente fácil aprovar todas suas propostas. De

10 Riedel considera as propostas do Diap encaminhadas e defendidas na Constituinte como científicas, em função do respaldo técnico dos mais influentes advogados trabalhistas da época.

11 A participação direta do Diap se deu especialmente na Subcomissão VII-a (Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos), mas também: Subcomissão III-a (Subcomissão do Poder Legislativo) e Comissão IX (Comissão de Sistematização).

fato, o texto da Subcomissão é praticamente o mesmo do projeto elaborado pelo Diap. Na Comissão de Ordem Social, com algumas alterações pouco significativas, as propostas da organização também permaneceram vivas. Contudo, a partir da Comissão de Sistematização e, sobretudo, na fase de votações em Plenário, cenário no qual havia uma maioria conservadora e fortalecida pela formação do Centrão, foi praticamente impossível obter conquistas absolutas em questões muito polarizadas.

O Diap teve importante atuação desde o início da Constituinte, quando lutou para que a Comissão de Sistematização não elaborasse um anteprojeto inicial antes do começo dos trabalhos das Comissões Temáticas. Com isso, ganhou maior importância as subcomissões e comissões, onde os constituintes podiam ser, e foram, mais favoráveis ao projeto do Diap. Toda a atuação da organização durante estas duas primeiras fases, quando propôs, orientou e pressionou, conseguindo aprovar seu projeto, foi fundamental para que não se perdesse tudo nas fases finais da Constituinte, quando a maioria passou a ser conservadora, portanto, mais resistente a proposta do bloco articulado pelo Diap.

O projeto do bloco progressista articulado pelo Diap não aprovou todas suas propostas, mas conseguiu importantes conquistas. Segundo Barelli (1989), alguns direitos trabalhistas defendidos pela organização aparecem pela primeira vez em uma Constituição, embora alguns já existissem na legislação da época ou nas negociações trabalhistas. O autor lista os seguintes direitos como os mais importantes: 1) garantia contra dispensa imotivada; 2) piso salarial; irredutibilidade de salário; 3) garantia de salário para quem recebe renumeração variável; 4) 13º salário; 5) jornada de seis horas para turnos ininterruptos; 6) remuneração de serviço extraordinário; 7) aviso prévio proporcional; 8) adicional de insalubridade (desdobramento de higiene e segurança); 9) assistência gratuita, até os seis anos, em creches e pré-escolas; 10) proteção em face da

automação; 11) prescrição dos créditos resultantes de relações de trabalho; 12) igualdade do avulso com o trabalhador com o vínculo empregatício.

Segundo Barelli (1989), destes direitos, os seguintes eram inéditos: 1, 5, 7, 9, 10 e 11, não sendo nem mesmo matéria de legislação ordinária. Outros não eram novos, mas foram ampliados, como os conceitos de seguro desemprego, de salário mínimo e de seguro contra acidentes do trabalho. Além disso foi fixada a jornada de trabalho de 44 horas semanais (eram 48 horas na legislação anterior), a gratificação de férias passou a existir, e ampliou-se a licença de gestante, completada com a licença paternidade.

O bloco progressista não conseguiu aprovar a jornada de trabalho de 40 horas e a estabilidade no emprego, que eram duas das principais propostas do projeto do Diap. A organização considerou estas como as duas maiores derrotas do movimento sindical. No caso da estabilidade, cuja garantia de emprego contra dispensa imotivada ficou remetida à lei ordinária, ao menos “abre-se a possibilidade de restringir a arbitrariedade nas rescisões de contratos de trabalho.” (Barelli, 1989, p. 323). De modo que, segundo o autor, a composição do Congresso que irá determinar avanços e recuos no caso da garantia de emprego.

Em entrevista, Riedel avaliou a participação do bloco articulado pelo Diap na Constituinte:

Geraldo Campos dizia assim: “Nós saímos com um caminhão de abóbora e perdemos algumas abóboras no meio do caminho. Mas as abóboras que chegaram no fim eram todas nossas”. Porque o que está escrito na Constituição eu reconheço, é a minha caligrafia: essa palavra aqui, essa vírgula. (Resende, 2011).

Consideramos o Diap uma organização de natureza distinta e especializada, que soube fazer uso

dos mecanismos regimentais com êxito e manter-se com seu propósito até o final do processo constituinte. A capacidade conciliatória da organização e sua eficiência técnica foram cruciais na articulação de um projeto unificado para a classe trabalhadora, características as quais justificam classificá-la como uma organização centrípeta.

### 3. O Efeito Fiesp

A pesquisa aborda, em uma das esferas representativas, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Trata-se de uma organização civil considerada de âmbito estadual, que acopla diversos setores de atividades empresariais, em especial, grandes empresas.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) tem uma trajetória política oscilante entre apoio e oposição ao Estado, contudo, seu espaço de atuação sempre esteve reservado ou garantido nas arenas decisórias. Esta posição destacada nas arenas decisórias é compreendida pelo passado histórico da organização. Foi com o sistema corporativista de Getúlio Vargas que a Fiesp institucionalizou sua relação com o Estado.

Na tentativa de controlar a participação de grupos de interesses em momentos decisórios, Getúlio Vargas criou um invólucro por meio de medidas que aproximaram o Estado dos atores empresariais. Paralelamente à criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Getúlio Vargas propôs a sindicalização patronal e dos trabalhadores por meio do decreto 19.770 de 1931 (Leopoldi, 2000, p. 76). Foi a partir deste decreto que as organizações representativas ganharam legalmente um lugar no interior do Estado como órgão consultivo e técnico. Definiu-se que no topo da hierarquia estariam as associações de classe denominadas confederações e que possuíam representação nacional, em segundo nível hierárquico,

representando os interesses estaduais estariam as federações e os sindicatos ocupariam o terceiro nível como associações de representações regionais (Leopoldi, 2000).

Três meses após a instalação do decreto, a primeira organização fundada foi a Fiesp, que substituiu o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), fundado em 1928. A Fiesp surgiu com uma intensa campanha em prol de novos sócios de todos os setores industriais (Leopoldi, 2000).

Sua projeção nacional foi sendo atribuída à sua relevância política adquirida por meio do destaque industrial e econômico do estado de São Paulo. Durante o período da Constituinte, seus representantes mostraram-se como atores políticos interessados em apresentar suas posições, inclusive com participações diretas de seus presidentes Luís Eulálio Bueno Vidigal e Mário Amato<sup>12</sup>.

O presidente da Fiesp, Luís Vidigal, foi um dos 50 integrantes da Comissão Afonso Arinos, desde sua formação em 1986. A organização coordenou e formulou um projeto com os títulos de Ordem Econômica e Social, contendo as proposições de seu interesse, as quais foram entregues à Tancredo Neves (Federação e Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, 1986). O texto final do anteprojeto Afonso Arinos apresentava o Título III, referente à Ordem Econômica, composto dos artigos 316 a 341, que antecipavam as discussões sobre os dispositivos de definição de empresa nacional, intervenção do Estado na economia e disciplina nos investimentos do capital estrangeiro que permaneceram até o texto final da Constituição de 1988. Embora o anteprojeto também contasse com o Título IV, que tratava de direitos trabalhistas, estes traziam pouco avanços, pois, embora

<sup>12</sup> Mário Amato era o principal acionista da Holbstein-Kopperp S.A. Indústria de Máquinas que reunia no período 111 sindicatos industriais e 10 mil empresas, cujos trabalhadores produziam 60% do PIB. Ele se tornou um verdadeiro líder dos grupos empresariais e de posicionamento conflituoso contra o governo Sarney (Dreifuss, 1989, p.126).

tratasse da reivindicação e 40 horas semanais, excluía temas como seguro-desemprego, participação nos lucros e benefícios às classes trabalhadoras que ainda não estavam regulamentadas.

Apesar de existir controvérsias no arquivamento do Anteprojeto Afonso Arinos<sup>13</sup>, findado o trabalho da comissão em questão, foi convocada a ANC e os trabalhos da Constituinte deram início de fato. Não houve nenhum representante direto<sup>14</sup> da Fiesp eleito em 1986, embora entre os constituintes eleitos, estivessem Afif Domingos, presidente da Associação Comercial do estado de São Paulo (ACSP) e Albano Franco, presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), com quem, no entanto, o presidente da Fiesp (eleito em 1987), Mário Amato, não demonstrava grandes proximidades. Pelo contrário, havia nítida desarticulação entre Amato e Afif, por este ser considerado da extrema liberal e com Albano, com quem enfrentou uma verdadeira batalha de cobertura de interesses referentes às suas associações.

Havia uma preocupação da Fiesp em preparar a associação para os trabalhos da Constituinte e para isso criou um departamento específico para tratar do processo dentro das repartições da federação (Dreifuss, 1989, p.59) e promoveu reuniões coordenadas pelo presidente anterior, Luís Eulálio Bueno Vidigal, com os dirigentes de federações e confederações empresariais, entre elas a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES). O objetivo era impedir a eleição de constituintes comprometidos com os projetos de Albano Franco, que se contrapunha aos discursos de incentivo à iniciativa

privada, os quais eram fundamentais à Fiesp. Nessa mesma reunião foi discutida a criação de uma Central Única dos Empresários (CUE) gerando muita polêmica dentro da própria federação, pois alguns membros, como o diretor Roberto Della Manna, considerava essa projeção inviável. Della Manna era a favor de um modelo de atuação confederativo, uma espécie de organização “guarda-chuva”, capaz de preservar a atuação das entidades existentes e estabelecer entre elas um entrosamento permanente. Já Luís Eulálio Vidigal discordava, pois acreditava que era preciso unir todos os empresários em uma única organização.

Outra tentativa comandada pela Fiesp foi a de fundar a Confederação Nacional dos Empresários composta pelos presidentes da CNI, Fiesp e das Federações do Rio de Janeiro, Bahia e Paraíba. Eles pretendiam apresentar ao governo, no prazo de 60 dias, as sugestões dos empresários para a Constituinte, porém, nem a Central Única dos Empresários nem a Confederação Nacional dos Empresários chegaram a ser fundadas.

A participação mais significativa da Fiesp na Constituinte deu-se quando Mário Amato, foi o único presidente de uma federação estadual convidado a discursar sobre o empresariado<sup>15</sup> em uma audiência pública da Constituinte, na Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e Atividade Econômica (Ordem Econômica)<sup>16</sup>. Na ocasião expôs os pontos considerados imprescindíveis para a entidade, tais como os princípios de liberdade do mercado, eliminação do tratamento diferenciado do capital estrangeiro, rejeição de limitações à jornada de trabalho e às demissões.

13 A literatura analisada apresenta o trabalho final da Comissão Afonso Arinos como um simples documento que fora arquivado e abandonado pelos constituintes. Porém, nas atas analisadas, o anteprojeto Afonso Arinos aparece como um importante relatório que era consultado toda vez que os constituintes possuíam dúvidas sobre alguma discussão temática.

14 Explicação pode ser dado por Amato ter apoiado claramente Paulo Maluf na eleição para candidatura do Colégio Eleitoral (em disputa com Tancredo Neves e Mário Andreazza).

15 O constituinte Stélio Dias propôs que as entidades patronais encaminhassem por escrito seus interesses acerca dos Direitos Sociais (Conforme Ata da 4ª Reunião Ordinária).

16 Houve a escolha dos demais representantes de diversos setores do empresariado para exposições em plenário. Os temas expostos foram: a) Intervenção do Estado na Ordem Econômica; Mário Amato (Presidente da Fiesp) foi interpelado pelos Constituintes Vladimir Palmeira, Gilson Machado, Luiz Salomão e Albano Franco.

Amato mencionou pontos sobre os direitos e garantias das empresas privadas e um Estado que desempenhasse atividade econômica autorizada por leis especiais e com exercício da liberdade pelas empresas, evitando assim monopólio, oligopólios e lucros excessivos de cartéis. O expositor tratou da função social da empresa em sua capacidade de gerar lucros e a importância da proteção do Estado às micro, pequenas e médias empresas. Esses pontos foram lidos em plenário com o título de “Os dez mandamentos do empresário” e foi entregue ao presidente da Subcomissão VI A com um anexo contendo assinaturas dos empresários (Dreifuss, 1989).

Concluimos que o desejo da Fiesp era manter-se como porta voz do empresariado, atuando como uma aglutinadora de interesses da classe, mas sem debate democrático e com a preponderância das decisões de suas lideranças. Assim, a Fiesp assumia o papel de uma grande federação, com direito de se pronunciar em plenário, mas sem contar com aliados diretos, como os próprios constituintes. Sua posição demonstrava pouca articulação e grande descompasso com os mecanismos necessários de negociação estabelecidos pela Constituinte.

A proliferação de associações empresariais é, segundo Diniz (1997), resultado da busca de maior representatividade. Argumento semelhante é apresentado por Marchese (1989), que atribui esta proliferação aos resultados do primeiro turno de votações em Plenário na Constituinte, considerados negativos para a classe empresarial. Estes argumentos são compatíveis com nossa tese de que o fracasso da Fiesp em sustentar um projeto unificado para os interesses empresariais, resultou em uma proliferação de novas organizações insatisfeitas.

O descontentamento com a representatividade dos interesses do empresariado, no primeiro turno das votações, desencadeou a proliferação de entidades empresariais oriundas em grande parte de membros

dissidentes da própria Fiesp. A federação, que até então, configurava-se como uma das mais importantes entidades de classe empresarial passava a ser questionada sobre sua atuação política. Complementamos a interpretação de Diniz (1997) sobre a existência de uma multiplicação de entidades empresariais em busca de representatividade na arena decisória, sustentando que a atuação limitada e ineficaz da Fiesp frente a uma nova agenda decisória que a Constituinte apresentava, influenciou este fenômeno. Neste período, houve um boom de associações representativas que comprova essa afirmação. A partir da literatura selecionada foi possível destacar o surgimento de tais organizações, tais como: Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), União Brasileira dos Empresários (UBE) e Instituto Liberal. Nota-se, em particular, a causa e as características do surgimento de duas associações, são elas: o PNBE e a UBE. Ambas foram selecionadas justamente por apresentarem como propósitos de origem o descontentamento da atuação da Fiesp e serem formadas por membros dissidentes da federação.

O Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) foi fundado em 1986 com a função de cobrir um foco de descontentamento e de reformulação das atitudes tradicionais do empresariado. O PNBE se apresentava como uma entidade não-governamental brasileira, de âmbito nacional, formada por empresários de todos os ramos da atividade econômica, de todas as regiões do país e de portes de empresa, que lutavam pelo aprofundamento da democracia nas diversas instâncias da nação - governos da União, Estados, Municípios, bem como entidades da sociedade civil. Ele surgiu de um evento que reuniu cerca de 2.600 empresários que compareceram ao Anhembi, em São Paulo, para, em princípio, participarem de uma audiência pública com

o ministro da Fazenda Luis Carlos Bresser Pereira. A reunião foi convocada com o propósito de debater as proposições dos empresários que seriam apresentadas à ANC. Um fato, pouco divulgado pela imprensa, ocasionou uma demonstração da forte representação do empresariado (Mendez, 1999). Mário Amato, presidente da Fiesp, recusou o convite para presidir a reunião e reagiu contra o evento, organizando um boicote na mesma hora na sede da Fiesp (Mendez, 2004, p.58). Para penalizar os membros que participaram do evento, Amato destituiu da diretoria da Fiesp, Paulo Butori, diretor adjunto do departamento de Estatística; Oded Grajew, diretor adjunto do departamento de expansão Social e Bruno Nardini, vice-presidente do BNDES e diretor adjunto do departamento de Cooperação sindical (Mendez, 1999; 2004).

Ao comprovarem a difícil tarefa de serem representados pelas estruturas da Fiesp, o PNBE acabou se institucionalizando em 1990, com a justificativa de que a Fiesp se comportava de modo muito limitado, forçando os empresários a seguirem a mesma postura de sua diretoria e presidência (Mendez, 1999). Muitos de seus componentes reclamavam da estrutura interna da Fiesp, que fugia do padrão de representação amplo e democrático, na medida em que uma associação era definida pelo tamanho do setor e não pelo ramo da atividade.

Já a União Brasileira dos Empresários (UBE) surgiu como uma tentativa de unir todo o empresariado brasileiro em uma única representação no processo decisório. A UBE surgiu em 1985, com a preocupação não só de ter representantes no Congresso, como também em produzir uma “caixinha do Estado” para financiar deputados e eleger pelo menos 300 representantes da classe empresarial (Dreifuss, 1989). Seu primeiro encontro público contou com a presença de presidentes das Federações do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, entretanto não deixava de ser uma

crítica às representações setoriais pouco abrangentes.

A organização era composta por seis grandes confederações e mais de 100 associações empresariais de todos os tipos e abrangências, sendo que seus 40 milhões de associados produziam a maior parte do PIB nacional. Os empresários envolvidos na origem das novas organizações concordavam com a necessidade da existência de um canal único para defesa dos empresários e ela se comportava como uma precursora dessa necessidade. O objetivo principal da União Brasileira dos Empresários era tornar uníssona a voz empresarial<sup>17</sup>.

É possível explicar o surgimento da UBE como uma retomada dos que seriam os verdadeiros desejos da Fiesp: instituir uma grande organização que reuniria todos os empresários brasileiros. Além disso, o objetivo geral da UBE refletiu o debate mais geral do período: a existência de um ator político empresarial fraco e desunido como justificativa da dificuldade de inserção das preferências da classe na Constituinte.

#### 4. Análise por contraste

A análise da atuação das duas organizações no processo constituinte revelou diferentes estratégias de atuação. Embora a Fiesp ocupasse posição privilegiada na condição de representante dos interesses empresariais foi incapaz de articular um projeto unificado para a classe, influenciando o surgimento de novas associações e, conseqüentemente, a desestruturação de uma atuação em conjunto com os empresários. Enquanto o Diap, embora uma organização nova, fundada poucos anos antes do início da Constituinte, foi capaz de construir um projeto sólido que unificou os interesses consensuais da classe trabalhadora permitindo uma atuação em bloco,

<sup>17</sup> Ocorreram outras tentativas de organização coesa da classe empresarial que não foram colocadas em prática, como por exemplo, a tentativa de criação do Grupo de Mobilização Permanente por Afif Domingos e a formação de uma Câmara das Empresas Brasileiras de capital nacional com o intuito de representar os microempresários (Empresa Nacional, 1988).

mais organizada e eficiente.

Segundo Olson (1999), uma organização é a materialização da ação coletiva, ou seja, grupos de indivíduos que se organizam na defesa de interesses comuns. Sustentamos que este modelo da análise pode ser aplicado à atuação do Diap e da Fiesp durante o processo constituinte, que modificou a percepção dos atores sobre a possibilidade de ganhos, revelando a necessidade de reestruturação política e organizacional para atender a nova lógica de transformação. Interpretamos que Fiesp ficou cômoda à sua antiga lógica organizacional, quando a ação política era mais restrita e o alto número de filiados a mantinha como definidora de política econômica.

Nosso argumento é compatível com a ideia dos institucionalistas históricos de que não só “as instituições contam” como também “a história das organizações conta”, assim, eventos passados, identidades e particularidades de uma organização influenciam em tomadas de decisões do presente (Fernandes, 2002). A atuação da Fiesp durante o processo constituinte corresponde às práticas culturalmente legitimadas ao longo do seu processo de institucionalização. Vinculada a uma lógica corporativista, a Fiesp foi contida por suas próprias raízes, sendo incapaz de se adaptar às mudanças promovidas pelo processo constituinte. O Diap, em contraste, por ter sido fundado com o objetivo maior de atuar no processo constituinte, não teve seu projeto limitado por experiências passadas.

Assim, por meio de análises de path dependence é possível explicar a ineficiente atuação da Fiesp no processo constituinte, que influenciou a proliferação das entidades empresariais: pela estrutura interna solidificada da federação, pela cultura que reitera formas de ações e, por fim, por sua própria origem. A Fiesp havia perdido espaço pela sua solidez institucional que limitou pautas da Constituinte na definição de novos consensos, justificado por um quadro de liderança conservador,

representado pela figura do então presidente Mário Amato. Explicações de path dependence comprovam as forças das normas, dos valores embutidos e dos interesses das partes associadas e herdadas de um passado corporativista que estabeleciam legalmente como decisões superiores as resoluções provindas da federação, o que foi incompatível com as propostas de aberturas de participação da Constituinte.

Aos poucos foram sendo criadas lacunas de representação que tornaram foco de novas associações empresariais - menores, voláteis, mais coesas, com novos quadros de lideranças e discursos. O processo constituinte não só deu espaço para novas elites empresariais serem organizadas, como também redefiniu o posicionamento de antigas elites frente às rígidas estruturas do sistema corporativista dos anos 1930.

O processo de democratização apresentou uma nova agenda de representação de interesses, tanto para os trabalhadores quanto para os empresários. A busca de negociação e concentração de forças se refletia nas votações dos projetos constitucionais. A consolidação de um projeto consensual para os empresários tornou-se improvável, diante da incapacidade da Fiesp em conciliar as diferenças políticas, que apenas se acentuaram. Partindo de um cenário semelhante, o Diap conseguiu legitimar um projeto unificado para a classe trabalhadora, superando as divergências políticas entre as principais lideranças sindicais do período.

Os diferentes resultados obtidos pela Fiesp e pelo Diap no processo constituinte são conseqüências das estratégias de atuação adotadas por cada organização. Classificamos a Fiesp como uma “organização centrífuga”, por ter sido ineficiente em centralizar os interesses empresariais que representava, o que influenciou na proliferação de organizações empresariais insatisfeitas com sua atuação. Classificamos o Diap como uma organização centrípeta, pela sua capacidade

de unificar os interesses dos trabalhadores articulando um projeto que modificou a agenda sindical do período possibilitando uma atuação eficiente e em bloco.

## Considerações Finais

O artigo analisou a atuação de duas organizações que representaram interesses opostos no processo constituinte de 1987-88. Mostramos que a origem e a história de cada organização foram determinantes para explicar suas estratégias de atuação, assim como o fracasso ou o sucesso na articulação de um projeto unificado e coeso para a classe representada.

A partir de pesquisas empíricas que traçaram as trajetórias da Fiesp e do Diap, mostramos que ambas organizações foram importantes atores políticos durante o processo constituinte, embora tenham alcançado resultados distintos. Partindo do pressuposto institucionalista, segundo o qual os atores agem de acordo com um leque de opções cristalizadas por suas regras institucionais, que acabam refletindo nos seus fundamentos de origem, defendemos que as estratégias de atuação da Fiesp e do Diap foram determinadas pelos objetivos e propósitos de sua formação.

A Fiesp, cômoda às suas próprias raízes, foi incapaz de superar a lógica corporativista, a partir da qual se institucionalizou, e a qual determinou sua estrutura organizacional, assim como o papel de principal organização representativa da classe empresarial durante o processo constituinte. Mário Amato, representando a Fiesp, foi o único presidente de uma federação estadual convidado a discursar sobre o empresariado na Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Esta vantagem histórica, contudo, não foi suficiente para a Fiesp se adaptar às mudanças provocadas pelo processo de transição democrática e, em especial, às oportunidades de participação promovidas pelas regras da ANC. A Fiesp atuava em descompasso com

o quadro de transição que se formava. Seu presidente, Mario Amato, agia nos bastidores, ignorando as possibilidades de articulação em conjunto com os interesses empresariais, aumentando a divisão política da classe. Esta atuação ineficiente da organização causou um amplo descontentamento entre seus membros, o que influenciou na proliferação de novas organizações empresariais.

O Diap, ao contrário, contou com as vantagens de ser uma organização nova, estruturada para atuar de acordo com a lógica das transformações e oportunidades fornecidas pelo processo constituinte. A eficiência da organização na articulação de um projeto que unificou os interesses da classe trabalhadora, superando a divisão política entre as principais lideranças sindicais, é resultado de sua estrutura organizacional, a qual privilegiou o consenso e a atuação técnica, profundamente voltada à explorar os espaços institucionais abertos pelas regras do jogo dispostas no cenário de mudanças dos anos 1980.

Por fim, consideramos que a análise comparativa das duas organizações nos permitiu criar categorias explicativas: para a atuação centralizadora dos interesses da classe dos trabalhadores, o Diap se apresentou como uma “organização centrípeta”; enquanto a Fiesp atuou como uma “organização centrífuga”, pois, ao não representar eficientemente os empresários, influenciou a multiplicação de organizações empresarias insatisfeitas.

## Referências bibliográficas

- ARAGÃO, M., 1994. *Grupos de Pressão no Congresso Nacional*. São Paulo, Maltese.
- ARANTES, R. B. & COUTO, C. G. 2008, A constituição sem fim, in S. Diniz & S. Praça (orgs.) *Vinte anos de Constituição*. São Paulo, Paulus.

- BARELLI, W., 1989, Os direitos dos trabalhadores, in C. Michiles *et al.* *Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BRASIL, Assembleia Nacional Constituinte, 1987, *Atas da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
- \_\_\_\_\_. 1987, *Atas da Comissão da Ordem Social*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
- \_\_\_\_\_. 1987, *Atas da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
- \_\_\_\_\_. 1987, *Atas da Subcomissão do Poder Legislativo*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
- \_\_\_\_\_. 1987, *Atas da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
- \_\_\_\_\_. 1987, *Atas da Comissão da Ordem Econômica*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
- \_\_\_\_\_. 1987, *Atas da Comissão de Sistematização*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
- \_\_\_\_\_. 1987, *Atas da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
- BRASIL, 1988, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico.
- COMIN, A., 1994, A experiência de Organização das Centrais Sindicais no Brasil, in: C. A. B. de Oliveira. *O mundo do trabalho – Crise e mudança no final do século*. São Paulo, Página Aberta.
- \_\_\_\_\_. 1995. *A Estrutura sindical Corporativista: Limite ao fortalecimento das Centrais Sindicais*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo, Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas FFLH- USP.
- COSTA, L. N. F., 2013, *As Organizações Sindicais e o Processo Constituinte de 1987-88: um estudo sobre a atuação do DIAP*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, São Carlos, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos CECH-UFSCAR.
- DIAP. DIAP. 1988, *Quem foi quem na constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo, Editora Cortez.
- DINIZ, E., 1997, *Crise, Reforma do Estado e Governabilidade*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- DREIFUSS, R. A. 1989, *O jogo da direita*. Petrópolis, Vozes. 2ª ed.
- EMPRESA Nacional fará lobby no 2o turno de votação. *Jornal da Constituinte*, Brasília, DF, n.55, 11 de Julho de 1988). Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/118169>. Acesso em 8 de maio de 2015.
- FEDERAÇÃO E CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1986, *O Empresário e a Constituinte*, Rio Grande do Sul, FIRGS e CIERGS.
- FERNANDES, A. S. A., 2002, Path Dependency

- e os estudos históricos comparados. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 53, p. 79-102. .
- LEOPOLDI, M. A., 2000, *Política e Interesses na industrialização brasileira - As associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo, Paz e Terra.
- LAMOUNIER, B., 1990, *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Editora Sumaré, IDESP, Biblioteca da República, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- MARCHESE, O. de O., 1989, Características da Nova Constituição Federal ao final do primeiro turno de votação in O. de O. Marchese (ed.) *Análise da Nova Constituição Federal ao término do primeiro turno de votação*. Núcleo de Estudos Constitucionais. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- MENDEZ, A. G. B., 1999, *Hegemonia em construção: a trajetória do pensamento nacional das bases empresariais*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – IFCH- Unicamp.
- \_\_\_\_\_. 2004, *O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – IFCH- Unicamp.
- NORONHA, E. G., 1992, *Greves na transição brasileira*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – IFCH- Unicamp.
- \_\_\_\_\_. 1994, Greves e estratégias sindicais no Brasil in C. A. B. de Oliveira et al (eds.). *O mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século*. São Paulo: Ministério do Trabalho; Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), Scritta.
- \_\_\_\_\_. 2009, Ciclo de Greves, Transição Política e Estabilização: Brasil, 1978-2007. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n.58, p.119-168.
- \_\_\_\_\_. 2010, Mudança Constitucional e a Constituinte de 1987-88: temas e preferências de empresários e sindicalistas: um ensaio preliminar sobre a Constituinte e a transição. Paper apresentado no 7º Encontro da ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política. Pernambuco, Recife.
- OLSON, M., 1999, *A Lógica da ação coletiva*. São Paulo, Edusp.
- PILATTI, A., 2008, *A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. Rio de Janeiro, Lúmen Júris.
- QUEIROZ, A. A. de, 1997, *O DLAP na Constituinte 1987-88*. Brasília.
- RESENDE, U. R. de, 2011 *DLAP e o Quem foi Quem na Constituinte*. Brasília, União Planetária.